

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.702 - RJ
(2019/0092413-9)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : LANDER LUIS CARVALHO DE MORAES
ADVOGADOS : LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA - RJ116636
NELSON MENDES DA SILVA - RJ158076
THIAGO COSTA SERRA NUNES E OUTRO(S) - RJ198650

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos pela União contra decisão que conheceu do agravo da parte adversa para não conhecer do recurso especial.

A embargante alega omissão no julgado, sob o argumento de que, muito embora o apelo nobre tenha sido interposto na vigência do CPC/2015, não houve fixação dos honorários advocatícios recursais.

Impugnação da parte contrária às e-STJ, fls. 358/361.

É o relatório.

O presente recurso merece prosperar.

Nos termos do Enunciado Administrativo n. 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

No caso, o apelo nobre foi manejado já na vigência do CPC/2015, inaugurando novo grau de jurisdição, razão pela qual são devidos honorários sucumbenciais recursais.

Destaco, a propósito, a desnecessidade de pedido expresso nesse sentido nas contrarrazões recursais. No ponto:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL HONORÁRIOS RECURSAIS. POSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO. INSTÂNCIA RECURSAL INAUGURADA SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. AUSÊNCIA DE CONTRARRAZÕES. PRESCINDIBILIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS MANTIDOS.

1. Consoante o disposto no Enunciado Administrativo nº 7/STJ, nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do CPC/15. Trata-se de ônus processual devido em razão da inauguração de nova instância recursal, tendo como propósito o desestímulo à interposição de recursos infundados pela parte vencida.

2. Segundo orientação desta Corte Superior, a interposição de recurso sob a égide da nova lei processual possibilita a majoração dos honorários

Superior Tribunal de Justiça

advocatícios, mesmo quando não apresentadas contrarrazões, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015.

3. Na hipótese vertente, verifica-se que o Tribunal de origem condenou a parte sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), de modo que a majoração da referida verba, na razão de 20% (vinte por cento) do montante já fixado, não configura medida desarrazoada, motivo pelo qual deve ser mantida a decisão agravada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.627.786/CE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 8/11/2018, DJe 14/11/2018)

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração a fim de majorar os honorários advocatícios para 11% (onze por cento) do valor atualizado da causa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

